

(\*) *Francisco das Chagas de Loiola Sousa* é Doutor em Educação Brasileira/UFC. Professor da UFCG/CFP. E-mail: fcloloyahoocombr. *Maria Janete de Lima* é Mestre em Políticas Públicas e Sociedade/ UECE e Professora da UFCG/CFP. E-mail: mariajaneted@yahoo.com.br

# Francisco das Chagas de Loiola Sousa Maria Janete de Lima\*

## Educação Profissional:

faces e interfaces das reformas

**RESUMO:** A educação profissional, na linguagem da LDB 9394/96, ou formação técnico-profissional, na linguagem do passado, vem se constituindo, no Brasil, em educação compensatória à escolarização regular das massas trabalhadoras. Esta não vem sendo a perspectiva da educação profissional do mundo capitalista desenvolvido. Este estudo tem por base a realização de uma pesquisa com professores do Centro de Federal de Educação Tecnológica (CEFET), tendo como objetivo central uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio Técnico e Tecnológico destacando as mudanças que ocorreram depois das Reformas dos anos de 1990. Acreditamos que os cursos profissionalizantes devem ser constituídos a partir de características, competências, objetivos extraídos do Mundo do Trabalho (e não apenas do mercado de trabalho), com a participação de distintos setores da sociedade. Em síntese, podemos constatar a fragilidade do ensino técnico, pela adoção do ensino modular; a desvalorização docente; a priorização do "saber-fazer" e do "saber-ser", em detrimento da real qualificação profissional e o direcionamento ostensivo para o mercado.

**Palavras-chave:**  
ensino profissional;  
reforma; educação  
tecnológica; trabalho.

## I ntrodução

È necessário pensar o ensino profissional em sua correlação com o ensino médio, o qual se relaciona, ao longo da história da educação brasileira. O ensino médio tem oscilado quanto à sua definição e objetivos, mas, tradicionalmente, vem se constituindo como acadêmico, de caráter propedêutico, voltado para o ensino superior e visando atender aos interesses das classes mais favorecidas. Por seu lado, a educação profissional, quase sempre foi marginalizada, estigmatizada destinada às classes sociais mais carentes, assumindo tanto um sentido assistencialista e de preparação para um ofício, quanto um caráter pragmático, de atendimento aos interesses restritos do setor produtivo.

Nos anos trinta do século XX, já em meio à difusão da organização científica do trabalho, Antônio Gramsci (1982), refletindo sobre a natureza da escola no mundo contemporâneo, constatou que, no mundo moderno, a educação técnica, estritamente, ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificada, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.

O autor conceitua técnica de um modo mais abrangente, não só como *o conjunto de noções científicas aplicadas na indústria, mas também os instrumentos “mentais”, o conhecimento filosófico*. Gramsci (1982, 21), ao invés de propor uma escola imediatamente interessada, propôs em contraposição, uma escola mediamente desinteressada, ou seja:

*Uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que [equilibrasse] equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, [passar-se-ia] a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.*(1982; p 25)

Para Gramsci a escola unitária marcava, pois, o início de novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda vida social. Tal escola teria como papel primordial a formação de novo tipo de intelectual (especialista e dirigente) exigido pela cultura de tipo urbano-industrial.

A história da educação escolar no Brasil industrial, desde os anos 1930 com as Reformas Francisco Campos e Capanema, vem sendo marcada por um dualismo real e formal entre ensino profissionalizante para as massas trabalhadoras e ensino de natureza científico-tecnológico para os trabalhadores especializados. Em 1932, implanta-se a Reforma Francisco Campos, inspirada no escalonovismo-pragmatista que, não alterou a direção academicista e propedêutica do ensino médio, que continuou não contemplando a atividade laboral. Em 1942, entra em vigor a Reforma Capanema que cria os “*Ramos de Ensino Secundário, Agrícola, Industrial e, um pouco mais tarde, o Normal*” que legitimaram as propostas dualistas, que visam formar intelectuais, por um lado (secundário) e trabalhadores, por outro (ramos técnicos), instaurando a dualidade estrutural.

Ainda nessa linha podemos citar a Lei 5.692/71, sob a inspiração do tecnicismo e a “*orientação*” dos técnicos da USAID (Agency for International Development) instaura a “*profissionalização compulsória*” como o ensino de

2º grau. Outra Lei importante foi a 7.044/82 que extingue a “*profissionalização compulsória*”, substituindo-a pela “*preparação para o trabalho*”.

A LDB 9394/96, bem como toda a legislação específica repõe à histórica dualidade do sistema educacional brasileiro, o seu duplo caráter formal e real, quando prescreve para o ensino médio trajetórias, conteúdos e métodos distintos para a escolarização propedêutica ao ensino superior e uma escolarização voltada para o mercado de trabalho.

A separação do ensino médio em tecnológico e científico pressupõe trajetórias, conteúdos e métodos da mesma natureza, de modo que a indissociabilidade entre teoria e prática se constitui instrumento indispensável à formação de um ser humano capaz de pensar e agir autonomamente no mundo em que vive. De maneira que os egressos de ambos os ramos do ensino médio poderiam ter as mesmas possibilidades de acesso a educação superior.

A escolha pelo ensino médio se pautaria tanto pelas características de personalidade e pelas aptidões específicas como também pelas especificidades do mundo do trabalho. Especialmente no que se refere ao contingente de trabalhadores com formação, em nível básico, decorrente da escolarização excludente.

No tópico seguinte procuraremos desenvolver melhor as idéias anunciadas até então.

## **Delimitando o Campo da Educação Profissional e as Reformas em curso**

Concordamos com Neves (2005) quando diz que a educação profissional, na linguagem da LDB 9394/96, ou formação técnico-profissional, na linguagem do passado, vem se constituindo, no Brasil, em educação compensatória à escolarização regular das massas trabalhadoras. De fato, desde a consolidação do fordismo como paradigma dominante nos países de capitalismo central, a educação profissional tem se voltado, de um modo geral, para conduzir permanentemente ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Para alguns teóricos a educação profissional vem se prestando, também, a substituir a escolarização básica, ou seja, mantendo as mesmas características da educação profissional das últimas décadas, a atual política neoliberal de formação profissional acrescenta a essa modalidade educacional uma nova atribuição: certificar em curto prazo um grande contingente de trabalhadores para a produção, no sentido de propiciar às empresas os requisitos mínimos de qualificação necessários a competir, em condições de igualdade, no mercado mundial.

De acordo com A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal - SETEC (2008) ensino profissional brasileiro apresenta números expressivos, suficientes para ser reconhecido como uma das pontas fundamentais na educação do país. Só a rede federal conta com 77 Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETS, 36 Escolas Agrotécnicas – EAFS, 33 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, uma Escola Técnica Federal, uma Universidade Federal Tecnológica e o 11 campi vinculados a Universidade Federal Tecnológica.

Há uma vantagem significativa na disposição geográfica dessa rede de ensino, pois está distribuída por cidades de médio porte localizadas no interior no País. Se por um lado isso evidencia o caráter democrático dos equipamentos, por outro, é uma pista do porquê de ser essa rede pouco conhecida nos grandes centros formadores de opinião.

Os paradigmas que desenham a educação no século XXI não ignoram os avanços da tecnologia e as novas expectativas das empresas que agora enfrentam mercados globalizados e altamente competitivos. A educação não poderia ficar alheia a essas transformações. Isso significa reconhecer que para enfrentar os desafios de hoje o trabalhador precisa cumprir duas exigências fundamentais: ter sólida formação geral e boa educação profissional.

O objetivo da educação profissionalizante, segundo a SETEC, é criar cursos que garantam perspectiva de trabalho para os jovens e facilitem seu acesso ao mercado. Que atendam, também, os profissionais que estão em vínculo formal, mas querem e precisam de uma melhor qualificação. Pretendem, ainda, funcionar como instrumento na inserção de mão de obra e, sobretudo fazer um trabalho de inclusão social e econômica.

A esse respeito Oliveira (2000) afirma que, o conceito de educação tecnológica vai muito além da formação técnica, que se reduz ao simples treinamento, e se relaciona a uma dada concepção de educação e de tecnologia.

*(...) a educação tecnológica envolveria, entre outros, o compromisso com o domínio por parte do trabalhador, dos processos físicos e organizacionais ligados aos arranjos materiais e sociais e do conhecimento aplicado e aplicável pelo domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos, próprios de um determinado ramo de atividade humana (...)* a concepção de educação tecnológica integraria, de

*forma democrática, a educação geral e a formação profissional, enquanto direito do cidadão, em um projeto construído coletivamente pela escola, envolvendo a flexibilização na oferta de programas, que habilitassem o exercício profissional vocacionado dos alunos, a partir das demandas sociais devidamente identificadas..* (OLIVEIRA, 2000, p. 42-43)

Para Biagini (2000),

(...) a concepção de educação tecnológica que privilegiamos, toma como referência os preceitos de Marx a respeito da omnilateralidade: um homem completo não simplesmente se adapta ao movimento transformador do processo de produção, mas também constrói e reconstrói sua historicidade na sociedade” (...) o ensino tecnológico, consiste na articulação entre ensino intelectual e trabalho manual, no sentido de estabelecer a unidade entre escola e o mundo do trabalho. (BIAGINI, 2000, p.34, 35).

A concepção de educação da reforma da educação profissional se insere no contexto da hegemonia das políticas neoliberais e se afina à política de redução das funções e do papel do estado favorecendo as regras do mercado no campo educacional. Os dispositivos legais usados são: ruptura entre a educação básica e a formação profissional, o aligeiramento da formação, a priorização de disciplinas técnicas aplicada, a secundarização de disciplinas de cunho humanístico, dentre outros.

A partir das diretrizes do Banco Mundial assumidas pelo MEC (1995), observam-se ações recomendadas no documento de Planejamento Político-Estratégico, que giram em torno da rede federal de escolas técnicas, agrotécnica e CEFET:

Redefinir a estratégia de gestão da rede federal de educação tecnológica para separar do ponto de vista conceitual e operacional, aparte profissional da parte acadêmica;

Dar maior flexibilidade aos currículos das escolas técnicas de forma a facilitar a adaptação do ensino às mudanças no mercado de trabalho;

Promover a aproximação dos núcleos profissionalizantes das escolas técnicas com o mundo empresarial, aumentando o fluxo de serviços entre empresas e escolas; (MEC, 1995, p.22).

O principal instrumento jurídico da institucionalidade para a educação profissional e tecnológica é o Decreto 2208/97, pois baliza e reestrutura o ensino técnico e profissional, atribuindo a essa modalidade de ensino, organização própria e independente do ensino médio.

- A organização do ensino técnico será ofertada em curso de ensino médio de forma concomitante ou seqüencial a este, dos cursos técnicos;
- O básico compreende uma modalidade de educação não formal, de duração variável, de livre regulação curricular independente do nível de escolarização do aluno;
- O nível técnico, com organização curricular própria independente do ensino médio podendo ser oferecida concomitante ou seqüencialmente a esse;
- O nível tecnológico equivale a cursos de nível superior na área tecnológica, duração entre dois e dois anos e meio, destina-se a egressos do ensino médio.

O Decreto 2.208/97, segundo Kuenzer (1997) tem como pressupostos:

*a) racionalidade financeira baseada no referido princípio da equidade, o que pressupõe o tratamento diferenciado tanto dos indivíduos, quanto das demandas do mercado;*

*b) a ruptura com o princípio de equivalência entre educação geral e profissional, resgatando, assim, a já mencionada dualidade estrutural;*

*c) a substituição da educação fundamental pela capacitação profissional, isto é, para aqueles que não possuem escolaridade, dá-se acesso ao nível básico, que cria uma expectativa de ingresso no mercado, mas que isso se torna difícil, devido a baixa capacitação conferida pelo mesmo. (KUENZER, 1997:50)*

Neste sentido podemos diferenciar o contexto da reforma com o oposto, ou seja, uma escola que sirva a população de uma forma geral, que supere os limites da dimensão técnica, ampliando-se a uma dimensão política, formadora de trabalhadores. A politécnica uma escola que aspira ao desenvolvimento pleno dos educandos, ou seja, uma educação integral. Na escola técnico-profissionalizante, por exemplo, a politécnica se processa através da união da “educação intelectual” com a “educação tecnológica”. Uma escola na qual o processo ensino/aprendizagem não se restringe apenas à absorção de técnicas, mas que haja a aprendizagem das técnicas simultaneamente com uma compreensão mais ampla da realidade. Nessa escola:

*não é suficiente apenas um domínio das técnicas: faz-se necessário dominá-las a um nível intelectual. Além da iniciação no manejo das ferramentas básicas utilizadas nas diversas atividades de trabalho, é fundamental permitir à criança e ao jovem o acesso aos conhecimentos necessários à compreensão científica do objeto em estudo, seja ele uma máquina, um fenômeno da natureza ou uma relação socialmente produzida. (MACHADO, 1991, p. 129)*

A politécnica deseja formar cidadãos crítico-reflexivos, que possuam atitudes autônomas e que tenham compreensão sobre o mundo do trabalho. Ou seja, deseja fomentar a síntese:

*Dialética entre formação geral, formação profissional e formação política, promovendo o espírito crítico no sentido de uma qualificação individual e do desenvolvimento autônomo e integral dos sujeitos como indivíduos e atores sociais, possibilitando não só sua inserção, mas a compreensão e o questionamento do mundo tecnológico e do mundo sociocultural que os circundam. (DELUIZ, 1996, p.120).*

Ainda com base em Kuenzer (1997) vemos que as principais determinações do referido Decreto são: extinção da integração entre educação geral e educação profissional; priorização das necessidades do mercado; afastamento do Estado do custeio da educação; fim da equivalência entre ensino profissional e ensino médio; elitização da formação do técnico, devido ao aumento de tempo, da sua capacitação; possibilidade, em médio prazo, da extinção da função do técnico, devido à prerrogativa de “certificação” de competências; sucateamento do ensino técnico provocado, sobretudo, pela adoção do sistema modular; do nível básico, do ensino por competência e da nova configuração ensino profissional.

Por outro lado o Decreto 5154, de 20 de junho de 2004, vem restituir a possibilidade de articulação plena do ensino médio com a educação profissional mediante a oferta integrada do ensino médio-técnico.

- A educação profissional será desenvolvida por meio de: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação;
- Os cursos de formação inicial e continuada serão oferecidos em conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos;
- A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio;
- A articulação entre educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única. Concomitante, oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental. Subseqüente, oferecida a quem já tenha concluído o ensino médio.
- Os cursos de formação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O documento mantém as contradições explicitadas nos debates sobre a revogação do Decreto 2208/97 e adota um viés conservador, na medida em que, apesar de restituir a possibilidade de integração do ensino médio com a educação profissional, mantém as alternativas concomitante e subseqüente, instituídas pelo decreto anterior, que expressam a dualidade estrutural da educação brasileira. Além disso, mantém a estrutura modular de organização da educação profissional, já amplamente criticada pelos educadores, e a complementaridade da formação em instituições distintas, o que pressupõe uma homogeneidade dos inúmeros projetos pedagógicos das entidades de educação profissional.

Deste modo, cada escola decidirá se quer unir ou manter separado o ensino médio do ensino técnico de nível médio. Neste caso, cada aluno decidirá se quer cursar apenas o ensino médio ou se optará por uma das outras três

opções de articulação. A integração entre o ensino médio e o técnico não está contemplada no Decreto 5154/04 como princípio a ser seguido obrigatoriamente pelas instituições de ensino, mas como estratégia e/ou possibilidade que poderá ou não ser concretizada porque vai depender das disputas de poder no interior de cada instituição escolar em face da autonomia pedagógica a ser estabelecida.

## Quando os atores olham sobre a Educação Profissional

Este estudo tem por base a realização de uma pesquisa com professores e alunos do Centro de Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), vinculados aos cursos de Eletromecânica e Edificações, a mesma foi realizada no ano de 2006. O objetivo central é fazer uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio Técnico e Tecnológico com base nas mudanças que ocorreram na vida escolar após as reformas de 1997 e 2004. O método utilizado para a realização da pesquisa foi a entrevista gravada na qual tivemos a oportunidade de analisar todas as informações transmitidas pelos Professores e alunos sobre as mudanças na vida escolar daquela instituição. A entrevista foi realizada com um grupo de quatro professores. Em relação aos alunos entrevistamos um número de 10(dez), sendo 8(oito) de Eletromecânica e 2 (dois) de Edificações.

A seguir, faremos à análise com base nos dados coletados juntos aos professores e alunos sobre as expectativas e perspectivas desses sujeitos em relação à reforma em curso. Quando indagamos aos professores quais as principais mudanças didático-pedagógicas e na vida escolar dos professores e alunos (por exemplo: regime de trabalho, opções de cursos):

*Foi uma mudança muito grande de atitudes em relação às disciplinas que a gente lecionava, porque a partir daí a gente passou a trabalhar com o ensino por competência, e o trabalho praticamente dobrou, porque a gente teria que esta semanalmente avaliando e reavaliado os nossos conteúdos, pra ver se a gente tava realmente chegando a atingir as competências necessárias que a gente tinha como objetivo cada professor, dividido pra cada disciplina. (Prof 2)*

*Mudou porque hoje em dia quem na verdade está cursando o ensino técnico, o objetivo dele é o curso profissionalizante. Na proposta antiga que está voltando agora, o aluno podia concluir o ensino médio e paralelo*

*cursar o ensino técnico. Hoje já é tudo separado, quem quer um curso técnico vai fazer o curso técnico pós-médio, e quem quer o ensino médio vai fazer o ensino médio puro, com o objetivo de depois fazer ou não um curso técnico ou ingressar pra universidade.(Prof.3)*

*A reforma provocou a separação da disciplina da área de humanas, das disciplinas técnicas e com essa separação houve uma superficialidade do conhecimento. Quando o ensino técnico era integrado ao médio esses conteúdos eles se abraçavam durante todo o curso e na verdade era trabalhada tanto a formação técnica do aluno, como também a formação humana. Em relação ao professor acredito que mudou, porque dentro da própria instituição, os professores do ensino médio hoje, são os professores mais do médio e os professores do técnico são os professores mais do técnico. (Prof 4)*

As afirmações desses docentes nos remetem a Kuenzer (1997) que fala do Profissional com vida útil, o que quer dizer que agora se formam profissionais enquadrados às necessidades do mercado de trabalho, formar profissionais para ocupações que concebem o trabalho como mercadoria. Nesse sentido, tais profissionais, além de trabalhadores alienados, porque vendedores da força de trabalho terão uma vida útil para o mercado. A qual durará enquanto o que eles aprenderam tiver confluência no mercado de trabalho. Assim como a tecnologia descartável quem sabe futuramente ouviremos a expressão coloquial: “Sou um profissional que saiu de uso em 2008”. (KUENZER, 1997, p. 89).

Sobre o que mudou na Organização institucional, os docentes responderam que:

*Anteriormente a formação do aluno, ele tinha que cumprir 4 anos de ensino técnico. Hoje com a reforma veio o sistema modular. Então, após um ano, ele recebe já a titularização de alguma coisa que ele fez. O primeiro módulo é preliminar; e, em termos de edificação, acompanhamentos de obras, aí vem mais seis meses; outro módulo, se ele quiser terminar; fica só no primeiro ano e ele já tem certificado. Se quiser continuar mais 6 meses, ele faz outra especialização, e, por último recebe o título de técnico em edificações completo. Antigamente não, antigamente tinha que cursar os 4 anos para receber o certificado.( Prof.1)*

*A primeira mudança foi a separação com o ensino médio. Então, a gente teve um curso pós-médio e separou completamente o médio. A carga horária ficou muito pequena pra ser trabalhada nos cursos. O ensino médio ficou uma parte chamada de diversificada, onde a gente trabalharia a preparação para o trabalho. (Prof 2)*

*Mudou, agora na verdade sofre mudança constantemente. O ensino profissionalizante ele já sofreu diversas modificações e vêm mais mudanças por aí. Inclusive com a implantação dos cursos de tecnológico, nós estamos sofrendo adequações o tempo todo e isso aí está sempre acontecendo. ( Prof 3)*

*Na verdade, foram criadas gerencias, gerencia do ensino médio e gerencia do ensino técnico. Mudou internamente a discussão da metodologia de ensino. A própria atuação pedagógica, ela também se esfacelou, que enquanto que antes como os conteúdos eram entrelaçados, então eles eram discutidos praticamente juntos e na verdade com essa divisão, eu acredito que, tecnicamente, não houve uma capacidade de intervenção nessa outra realidade. (Prof 4)*

*Os objetivos são os mesmos, porque a gente teria que formar profissionais capacitados para ingressar no mercado de trabalho, a partir daquele momento, o que teve diferença e que o ensino médio já teria uma preparação para o mercado de trabalho diversificado. Mas no final assim tanto o ensino antigo como esse novo preparava todos, prepara para o ensino. Já para o mercado de trabalho, o objetivo continua sendo o mesmo. (Prof 2)*

Voltamos a Kuenzer (1997) para falar do Desenho Curricular/ Módulo que de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, desenha-se um currículo que dará sustentabilidade funcional aos cursos. No módulo anterior havia uma grade (“estava-se preso”) agora há um “desenho curricular”, calcado no que o mercado determina. O desenho curricular proposto pelo Senac terá sua funcionalidade garantida em um sistema modular. Agrupam-se, por exemplo, várias áreas de conhecimento afins e forma-se um módulo que vai sendo estudado gradualmente pelos educandos de forma individual. Caso ocorra reprovação do educando ele terá que cursar/refazer apenas o módulo

no qual não atingiu bom rendimento escolar. Caso queira se requalificar/atualizar, faz-se apenas o módulo desejado. Todavia, as instituições que oferecem este tipo de currículo, o oferecem de forma linear (primeiro o módulo 1, depois o 2). Fica então a questão: caso um trabalhador queira se requalificar, em carácter de urgência, como o mesmo o fará se o módulo desejado não está sendo oferecido naquele momento?

Perguntamos aos professores se instituição de ensino profissionalizante faz de algum modo encaminhamento dos alunos egressos ao mercado de trabalho para as empresas que atuam nas suas respectivas área de formação profissional e eles afirmaram que:

*Nós encaminhamos os alunos, para estágios mas não necessariamente para o trabalho. Dizer assim que vai para uma empresa onde ele vai trabalhar, aí depende do desempenho do aluno na empresa. Então algumas empresas, já têm a prática de absorver os alunos que estagiam, enquanto outras esperam renovar os estagiários do que propriamente absorver aquela mão-de-obra que já foi treinada dentro da sua empresa. (Prof 2)*

*Veja, existe a ligação da escola com o mercado de trabalho, através da série coordenação de extensão de relações empresárias, e foi montando aí um escritório CIEE, aqui no CEFET. (Prof 3)*

Para uma compreensão mais ampliada do tema em pauta indagamos também aos estudantes da referida instituição sobre encaminhamento dos alunos egressos ao trabalho para as empresas e todos responderam que sim, na forma do estágio.

Sobre as suas expectativas quanto ao curso, 15% dos alunos disseram que os conteúdos estudados são muito superficiais e os professores não exigem muito dos alunos. Outros 15% disseram não, porque falta recurso para equipamentos relacionados a área e por conseqüência falta realizar mais a parte prática do curso e isto interfere na formação. Outros 70% disseram que sim, porque a cada dia é uma nova experiência e aprendizagem. *Porque eu sempre gostei da área e porque estou aprendendo novas coisas, Porque é um curso ótimo e muito bom. Além de ficarmos bem informados. A escola dispõe de professores qualificados, laboratórios e oficinas que são de grande importância para o ensino. (aluno 2-Eletromecânica)*

Quanto ao ingresso no mercado de trabalho e a formação oferecida pela instituição, 10% não sabem como acontecerá, pois ainda não passaram pelo estágio para avaliar. Os demais são otimistas porque 90% disseram sim, porque a instituição, mesmo sem recursos, capacita o suficiente para o trabalho. E elogia: *Porque os professores apesar da falta de maiores recursos tentam passar a maior segurança em suas disciplinas. As aulas práticas são realizadas em laboratório da área. Porque o mercado de trabalho tem credibilidade com a instituição (Aluno e-Edificações).*

Tais afirmações podem ser comparadas a Polivalência, ao findar um curso profissionalizante aspira-se que o futuro profissional possua boa qualificação em várias tarefas dentro de uma mesma função. A estrutura de ensino criar uma funcionalidade multifacetada para estes profissionais em seu ramo empregatício. Segundo Marx (1983 in Kuenzer), a isto se dá o nome de mais-valia. Poderíamos chamar esse tipo de curso profissionalizante de curso “funcionalizante” (que faz você funcionar na engrenagem do mercado). (KUENZER, 1999).

Quando perguntamos sobre as dificuldades enfrentadas no curso, todos os alunos fizeram referência a falta de material para as práticas, alguns professores são inseguros na matéria. Falta de vagas para estágio ao término do curso. O oferecimento de poucas vagas no estágio acumulado formando ao longo dos anos. A falta de material para a realização de experiência ou atividades. A falta de professores efetivos e alguns equipamentos de laboratório.

Sobre o que deveria ser mudado na instituição, 90% dos alunos pedem o incremento dos cursos já existente com mais visitas a empresas e indústria e matérias adequados para as práticas. Deve ter um aumento de recursos para melhor capacitar o aluno. Mais recursos de equipamento. Porém 10% consideram que não falta nada.

Analisam o conjunto das respostas de professores e alunos do CEFET, podemos inferir que ocorreram mudanças relativamente positivas, pois os alunos que hoje cursam o ensino técnico são os que já possuem o médio, e que já estão no mercado de trabalho. Reforçando assim o principal objetivo do ensino técnico que é de formar profissionais qualificados e de indicar um direcionamento dentro do mercado de trabalho na forma de estágio.

No entanto, existem também pontos negativos como, por exemplo, a divisão da escola, pois, antes existia coordenação de ensino e hoje o que existe são gerências de ensino técnico e gerência do ensino médio.

Ocorreu também à separação das disciplinas técnicas e com essa veio a superficialidade do conhecimento em relação do perfil do professor, verifica-se que existe a mudança até mesmo por causa da evolução tecnológica, pois antigamente só existia o professor de quadro e giz, porém hoje existem recursos que auxiliam e tornam a aula mais dinâmica, como: data show, retroprojeto, vídeos e etc. É importante ressaltar também que cada professor atua em sua área específica utilizando-se de flexibilidade de programas e conteúdos, avaliando constantemente procurando atingir objetivos e competências.

Concordamos com Kuenzer (1997), os cursos devem ser constituídos a partir de características, competências, objetivos extraídos do Mundo do Trabalho (e não apenas do mercado de trabalho), com a participação de distintos setores deste Mundo. O conflito de idéias nesse processo contribui para que de uma forma dialética surja a síntese que irá dar sustentabilidade funcional para a constituição dos cursos.

## Concluindo...

Enfim, o que se pode perceber é que a Reforma da educação profissional em curso trouxe mudanças que, de certo modo, fizeram com que a escola fosse vista não só como centro educacional, mas também como uma “grande oportunidade” de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, como é caso do CEFET em estudo.

Podemos perceber algumas contradições, especialmente por parte dos alunos, sobre o significado de qualificação. A esse respeito, consideram os professores como “bons”, porém reconhecem que a qualidade do ensino oferecido ainda precisa melhorar significativamente. Podemos numa análise mais ampliada dizer que o “discurso da qualidade” tão divulgado na mídia muitas vezes venha a confundir a percepção dos alunos sobre o real sentido da formação que deveriam receber. O que numa percepção geral pode assim influenciar a análise crítica de grupos tão jovens como os sujeitos deste estudo.

Em relação ao encaminhamento dos alunos ao mercado de trabalho, existe um vínculo entre as escolas profissionalizantes e as empresas através do estágio, no qual os alunos demonstram interesse na medida em que vêm a possibilidade de ser contratados pela respectiva empresa.

Sobre a formação profissional em nível médio, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, vêm “orientando” todo arcabouço de Reformas empreendidas pelo Governo Federal. Os documentos desses

organismos internacionais expressam, de forma muito clara, que os governos não despendam recursos com a Educação Profissional na perspectiva de investimentos em educação tecnológica de qualidade passando essa responsabilidade para terceiros no caso, empresas e sociedade civil. De modo que precisamos ver com cuidado o discurso de valorização da educação profissional, posto que muitas vezes este venha atrelado a interesses econômicos em detrimento do social.

Em síntese, podemos constatar a fragilidade do ensino técnico, pela adoção do ensino modular; a desvalorização docente; a priorização do “saber-fazer” e do “saber-ser” em detrimento da real qualificação profissional e o direcionamento ostensivo para o mercado.

Conforme o resultado do estudo apresentado, podemos identificar que as mudanças propostas pelo decreto 5154/04, ainda estão sendo integradas às redes de ensino, valendo ainda as decisões do 2208/97.

No desenvolvimento desta pesquisa algumas questões por certo não foram respondidas e suscitaram outras questões para estudos futuros. Ressaltamos, a importância de novos estudos e pesquisas sobre aspectos como: o ensino e a prática pedagógica dos professores do ensino técnico, o campo de estágio questões importantes numa sociedade em constantes mudanças. De modo que, a adoção de diferentes currículos tenha como objetivo melhorar compreensão do processo das reformas do ensino e das políticas educacionais em nosso país.

**ABSTRACT:** The professional education, in the language of LDB 9394/96, or formation technician-professional, in the language of the past, comes if constituting, in Brazil, compensatory education to the regular schooling of the diligent masses. This does not come being the perspective of the professional education of the developed capitalist world. This study it has for base the accomplishment of a research with professors of the Center of Federal of Education Technologic (CEFET), having as objective central office an analysis on the Reformation of Average Education Technological Technician and detaching the changes that had occurred after the Reforms. We believe that the courses must be constituted from characteristics, abilities, extracted objectives of the World of the Work (and not only of the market of work), with the participation of distinct sectors of this word. End synthesis, can evidence the fragility of education technician, for the adoption of modular education; to the teaching depreciation; the priority of “know-making” and “know-being”, in detriment of the real professional qualification and the ostensive aiming for the market.

**Key-words:**  
professional  
education; reform;  
technological  
education.

## Referências

BIAGINI, J. *Modos de fazer o ensino técnico: os sentidos dados pelos professores à prática de formação profissional da área técnica de ensino médio*. São Paulo, UC/SP, 2000, Dissertação de Mestrado.

BRASIL, Ministério de Educação e Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. *Decreto 2.208/87*. Brasília, abril, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. *Portaria 646*. Brasília, maio, 1997

CUNHA, L. A. *O ensino industrial manufactureiro no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, mai/jun/ago, 1986.

CARNEIRO, Michael George Costa. Os (Des) Caminhos dos Cursos Técnicos no Brasil. <http://www.educacaoonline.pro.br> Capturado em 27/05/2005 20:32:53.

DELUIZ, N. *As mudanças no mundo do trabalho e no mundo vivido: conseqüências para uma nova relação entre educação geral e formação profissional numa perspectiva de politecnia*. In: MARKERT, W. Trabalho, qualificação e politecnia. São Paulo: Papyrus, 1996.

FERRETTI, C. *Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90*. Educação e Sociedade, Campinas, n. 59, ago, 1998.

GRAMSCI, A. *A corrupção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FROTA, F. H. S. *O Marxismo e a Educação: um balanço* (tradução de Mariano Enguita). Humanidades e Ciências Sociais, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 27-32, 2000.

FROTA, F. H. S. *Editorial da Revista O Público e o Privado*. *O Público e o Privado*, Fortaleza - Ceará, v. 1, n. 1, p. 4, 2003.

KUENZER, A. Z. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. *O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito*. In: *Educação & Sociedade*. nº 70. Campinas: CEDES, 2000.

\_\_\_\_\_. *A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências*. In: FERRETTI, Celso João; SILVA, Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita

N. S. (orgs.). Trabalho, Formação e Currículo. Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, p. 121 – 140, 1999.

MACHADO, L. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Ensino Médio, Ensino Técnico E Educação Profissional: Delimitando Campos. <http://www.educacaoonline.pro.br> Capturado em 27/05/2005 20:32:53.

OLIVEIRA, M. R. *Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio. Diferença entre formação técnica e formação tecnológica*. Educação e Sociedade. Campinas: CEDES, n. 70, abril, 2000.

OLIVEIRA, M. A. M. *Escola ou empresa?* Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, F. *Neoliberalismo à brasileira*. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro A Trajetória Histórica Dos Cefet's: De Avanços A Retrocessos. <http://www.educacaoonline.pro.br> Capturado em 27/05/2005 20:32:53.